

Compartilhar

ano 1 • número 2 • abril/maio de 2013

Ser AMMA é informar



Ausência de políticas públicas na saúde faz aumentar o número de ações judiciais

Páginas 10 e 11



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO MARANHÃO



Facebook estimula a amizade e a comunicação entre magistrados **Páginas 4 e 5**



Gratificação para diretores de fóruns já é realidade no MA **Página 9**



Ação de juízes favorece melhorias em bairros carentes de São Luís **Página 12**

60 dias de férias: privilégio ou compensação?

É recorrente a discussão sobre a extensão das férias da magistratura, tema que, periodicamente, retorna com destaque na mídia, sempre alavancado por declarações de alguma autoridade recém-eleita defendendo a sua redução, sob o fundamento de que se trata de um “anacrônico privilégio”.

O assunto encontra eco fácil e os editoriais e críticas sobre os 60 dias de férias se propagam com agilidade e ferocidade, pintando-se os magistrados como seres privilegiados em relação aos demais trabalhadores e servidores, além de apontar esse fato como razão para a “morosidade judicial”.

A superficialidade do debate esconde a falácia dos argumentos.

Sem dúvida, a regra é 30 dias de férias. Porém, a mesma regra prevê um máximo de 44 horas semanais, a remuneração das horas extras e com acréscimos, a compensação de plantões, o pagamento de adicionais pelo trabalho noturno e aos domingos, enfim, uma gama de direitos a que os magistrados não fazem jus.

Os 60 dias de férias não objetivam garantir um “descanso privilegiado”, ao contrário, os 30 dias extras são mera compensação pela ausência de direitos que, em face da peculiaridade das atividades desenvolvidas pela magistratura, o Estado optou em negá-los em prol da sociedade.

De fato, como conceber a ideia do Juiz interromper a prestação jurisdicional tão logo completasse às 8 horas diárias ou as 44 semanais? Interromperia a

audiência ou Tribunal do Júri? E as decisões complexas, susponderiam o atendimento da unidade judiciária para proferi-las? E as horas de estudo para examinar os temas controversos, seriam realizadas durante o “expediente”? Ou, sob o ponto de vista financeiro, quanto o Estado seria onerado com o pagamento de horas extras ou a remuneração dos plantões?

Evidente que a supressão de 60 dias de férias implicaria na introdução de todos os direitos compensados pelo acréscimo dos 30 dias, trata-se de uma via de mão dupla, por força constitucional.

Tal alteração não produziria qualquer melhora na prestação jurisdicional – as causas da morosidade são de outra ordem –, ou pior, tornaria o serviço mais lento, e ainda elevaria os custos financeiros do Estado, pois é praticamente impossível, com o atual nível de demanda, prestar-se um serviço jurisdicional, minimamente razoável, em apenas 44 horas semanais.

A Magistratura brasileira não deve fugir ao debate deste tema e de outros que lhe são indispensáveis à prestação do serviço jurisdicional com independência, ao revés, através de suas associações de classe, deve estimulá-los inclusive para que não parem dúvidas do nosso compromisso com a democracia, que nunca será plena com um Judiciário enfraquecido.

Não temos nada a temer!

Gervásio Santos
Presidente da AMMA

Tribunal de Justiça do Maranhão: comemora 200 anos de história



Conscientes da importância que representa para nós, festejamos, em 2013, o bicentenário de instalação do Tribunal da Relação, em São Luís do Maranhão, fato ocorrido em 4 de novembro de 1813. A jurisdição daquele tribunal alcançava o território do Ceará ao Amazonas. Só em 1947 foi adotada a denominação que se mantém até hoje.

Ao longo desses anos, os fatos transcorreram com a lentidão que marcava toda a administração judiciária, no Brasil, com uma justiça mais solene do que efetiva, distante da realidade e do povo a quem deveria servir.

Não obstante esse modelo retrógrado, muitos magistrados destacaram-se no exercício de suas funções, apesar das dificuldades e limitações em que viviam. Notórios vultos de homens probos formam nossa galeria de personagens nesses 200 anos de história.

Fazendo uma análise crítica desse período, conclui-se que todos os

motivos para engrandecerem essa comemoração aconteceram nos últimos anos, a partir da modernização da nossa estrutura administrativa. Nesse ponto, não se pode deixar de louvar a administração do desembargador Jorge Rachid, conforme reconheceu recentemente a doutora Sônia Amaral, em artigo publicado pela imprensa.

A realização do primeiro concurso público para ingresso de novos servidores marcou o início da modernidade em nossa estrutura, seguindo-se a implantação das secretarias judiciais com a estatização dos antigos cartórios, criação do Fundado de Modernização e Aparelhamento do Judiciário, investimentos na informatização e a adesão ao planejamento estratégico, que teve no desembargador Jamil Gedeon seu grande propulsor. Nesse ponto, cumpre ressaltar o papel que a Associação dos Magistrados do Maranhão teve na efetivação dessa nova onda administrativa.

O privilégio que coube ao Desembargador Antônio Guerreiro de estar presidindo nosso tribunal, neste momento histórico, certamente tem lhe servido de estímulo para continuar com o irreversível processo de modernização, iniciado por seus antecessores. Temos, portanto, mais de duzentos motivos para comemorar o bicentenário de funcionamento do nosso Tribunal de Justiça.

Lourival Serejo
Desembargador do TJMA

Expediente

Jornal Compartilhar é o informativo bimestral da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA.
Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190. Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073
E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@gmail.com

Diretoria Executiva - biênio 2013/2014
Gervásio Protásio dos Santos Júnior - Presidente
Marcelo Silva Moreira - 1º Vice-Presidente
Angelo Antônio Alencar dos Santos - 2º Vice-Presidente
Adelvam Nascimento Pereira - 3º Vice-Presidente
Marilse Carvalho Medeiros - Secretária-Geral
Clênio Lima Corrêa - Secretário-Adjunto
Carlos Veloso - Tesoureiro-Geral
Lavinia Helena Macedo Coelho - Tesoureira-Adjunta

Membros do Conselho Fiscal
André Furtado Perlmutter Lago
Luís Carlos Dutra dos Santos
Celso Orlando Aranha Pinheiro Junior
Jorge Antônio Sales Leite
Holidice Cantanhede Barros

Suplentes do Conselho Fiscal
Artur Gustavo Azevedo do Nascimento
Ana Beatriz Jorge de Carvalho
Cyrilo Anselmo de Freitas

Jornalista Responsável
Jacqueline Barros Heluy - DRT 840 MA
Assistente: Zaira Almeida

Fotos
Biné Morais

Projeto Gráfico
Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte
Márcio Veiga

Diagramação
Wemerson Duarte

Fique por dentro das notícias da AMMA. Acompanhe diariamente as nossas informações no site www.amma.com.br

A AMMA protocolou requerimento administrativo à Presidência do TJMA solicitando a programação do pagamento dos valores restantes do PAE, referente ao período de setembro de 1994 a maio de 1999.



A AMMA realizou, pela primeira vez pela internet, no dia 9 de março a assembleia-geral dos associados, com transmissão ao vivo, deliberando sobre importantes pautas da Magistratura.



O presidente da AMMA, Gervásio Santos, participou de mais uma reunião na Procuradoria Geral de Justiça, para discutir sobre estratégias de ação conjunta para solucionar a paridade quanto a data de pagamento dos aposentados.



A Presidência da AMMA está propondo que seja instituída a medalha "Madalena Serejo" a ser concedida aos magistrados que obtiverem o melhor desempenho na carreira durante o ano e a pessoas que colaboraram para o fortalecimento da Magistratura.



Em parceria com a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, a AMMA realizou, no dia 8 de março, um curso de tiro para desembargadores e juízes do Maranhão.



A AMMA manifestou total apoio à Nota Pública divulgada pela AMB, Ajufe e Anamatra, rebatendo críticas do ministro Joaquim Barbosa (STF) à Magistratura, entre elas a de que os magistrados têm mentalidade "pró-impunidade".



Ser AMMA é inovar.



A Associação dos Magistrados do Maranhão é a primeira associação de magistrados a possuir seu próprio aplicativo para iPhone e Android.

O mundo pela janela do Facebook



Uma rápida pausa das pilhas de processos para conferir as últimas notícias na rede, as últimas fotos publicadas, os últimos assuntos discutidos entre os colegas ou até para um bate-papo. Hoje o juiz não precisa sair da sua unidade judicial para ter acesso ao que o mundo está dizendo, lendo e compartilhando ou para interagir com outros colegas. Basta ter à mão um smartphone ou tablet conectado à internet. Tudo isso é possível graças a um popular serviço de comunicação e entretenimento: o Facebook.

O Facebook já ultrapassou a marca de 1 bilhão de usuários ativos, com um cadastro diário de cerca de 320 mil pessoas em todo o mundo. O nome faz referência ao nome coloquial do livro dado aos alunos no início do ano letivo por algumas administrações universitárias nos Estados Unidos.

O Facebook é um serviço gratuito e seus usuários interagem através da criação de perfis contendo fotos e listas de interesses pessoais, com a possibilidade de troca de mensagens privadas e públicas entre si e entre participantes de grupos de amigos.

Algumas das características principais desta rede social são o botão "curtir", utilizado quando um usuário gosta de algum conteúdo dentre as atualizações de status, comentários, fotos e links, o "mural", espaço onde são difundidos os conteúdos e o "feed de notícias", arrolamento das atualizações de todos os perfis ligados ao usuário.

O Facebook possui ainda plataforma que faz distinção entre usuários individuais e as organizações presentes na rede. É que os usuários comuns possuem perfis pessoais, já as organizações estão no Facebook através das fanpages, páginas contendo informações institucionais, atualização com

as principais atividades e notícias relacionadas, links de algum conteúdo do site da instituição, fotos, vídeos, eventos promovidos pela instituição, entre outros.

O Facebook no judiciário

Instituições como o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) possuem vida ativa no Facebook. Através de suas fanpages, disseminam notícias, fotos, informações de interesse público, relacionado aos direitos humanos, às leis, à vida em sociedade e à política institucional.

Mas não são só as instituições do Judiciário que possuem hoje presença marcante no Facebook. Os magistrados também aderem, cada vez mais, às facilidades e possibilidades dessa rede social em sua rotina judicante, grande parte por meio de seus celulares, tablets e ipads. É o caso da juíza da Co-

marca de Lago da Pedra e Secretária-Geral da AMMA, Marilse Medeiros. Segunda ela, o Facebook é uma ferramenta muito importante para que os colegas tenham acesso às notícias jurídicas e do mundo.

"O que mais gosto nas redes sociais é a possibilidade de se difundir informações. Utilizo o Facebook para encontrar amigos, parentes e compartilhar informações. Acho que o surgimento dessa rede teve o mesmo impacto na vida das pessoas quando a internet foi inventada. É um meio de comunicação fantástico!", comenta.

"O enorme sucesso do Facebook foi o fato de instituições privadas e públicas passarem a utilizar a rede social para divulgação institucional. Por isso, creio que a união desses dois aspectos faz com que, atualmente, seja imprescindível que o magistrado participe das redes sociais", avalia o juiz da Comarca de Pinheiro e Diretor de Esportes da AMMA, Anderson Sobral.

Juízes conectados nas redes sociais

Completa um ano, em abril, o grupo intitulado “Juízes de Direito do Maranhão”. Presente no Facebook e contando com mais de 100 membros, esse grupo de discussão é fechado apenas para magistrados e foi uma iniciativa do juiz Anderson Sobral, criada para estabelecer uma maior aproximação entre os magistrados do Maranhão, espalhados em diversas comarcas.

“Desde que entrei na Magistratura, ouço os colegas mais antigos dizerem que o magistrado é um profissional solitário, pois diuturnamente trabalha distante dos demais magistrados. Assim, em virtude de saber que inúmeros juízes tinham perfil no Facebook, decidi criar o grupo com a pretensão de que ficássemos mais próximos, apesar da distância geográfica”, explica.

Para Anderson Sobral, a aceitação do grupo pelos demais magistrados foi muito positiva. “Para a minha surpresa, a aceitação foi maciça e, em pouco tempo, o grupo ultrapassou o número de cem juízes e, hoje, há cento e trinta e um juízes e desembargadores. O

principal fruto desse grupo é a possibilidade de aproximação e troca de ideias e experiências instantaneamente entre os magistrados”, comenta.

O juiz Alexandre Abreu, da 7ª Vara Cível da Comarca de São Luís, é um dos membros do grupo de juízes e também avalia positivamente sua presença na rede. “O espaço que os magistrados usam com reserva de acesso tem permitido a difusão de pensamentos, compartilhamento de legislações novas e julgados recentes de expressão. Os debates ajudam a evoluir o pensamento, com um confronto saudável de opiniões”, destaca.

O Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão, Desembargador Cleones Cunha, também é um usuário ativo dessa rede social. “O Facebook tem sido uma boa forma de divulgação do trabalho e dos projetos da Corregedoria. É um es-

paço onde podemos repassar boas mensagens aos amigos”, disse o desembargador.

Fanpage da AMMA

Com foco no permanente estreitamento da comunicação entre os associados e entidade, a AMMA está presente desde 2010 no Facebook, bem como em redes como o Twitter, o Flickr e o Canal AMMA no Youtube. Todas essas ferramentas de propagação de conteúdos pela internet possuem link com o Portal www.amma.com.br.

A fanpage www.fb.com/ammamagistradosfanpage já possui 2425 usuários curtidores. Conforme as estatísticas apresentadas pelo próprio Facebook, a fanpage da AMMA já ultrapassou a marca de 1 milhão de pessoas alcançadas direta e indiretamente. Curtindo essa página, o usuário do Facebook tem acesso às principais notícias, imagens, atividades e eventos realizados pela

AMMA, podendo interagir comentando, curtindo e recomendando as publicações.

Facebook: como ingressar

Para criar uma conta no Facebook, acesse o site www.facebook.com e preencha o cadastro solicitado na primeira página. Após esse passo, o usuário será redirecionado para outra página onde informará e-mail, dados do perfil, acertará as configurações pessoais e inserirá uma foto de perfil. O Facebook também apresenta a opção “localizar amigos”, através do e-mail informado.

Após criado o seu perfil no Facebook, para curtir a fanpage da AMMA o usuário deve clicar em “Página Inicial”, no canto superior direito, na página seguinte digitar AMMA Magistrados no campo “pesquise pessoas, locais e coisas”, na parte superior, e já na fanpage da AMMA, clicar na opção “curtir”. Pronto! Você estará por dentro de tudo o que acontece na Associação dos Magistrados do Maranhão.

“O Facebook tem sido uma boa forma de divulgação do trabalho da Corregedoria.”

Des. Cleones Cunha

Magistrados on line



“Hoje tudo é muito imediato, e o Facebook é uma ferramenta muito importante para que os colegas tenham acesso às notícias jurídicas e do mundo”

Marilse Medeiros

Juíza da Comarca de Lago da Pedra e Secretária-Geral da AMMA



“Vejo o Facebook como uma ferramenta moderna, eficaz e célere de difusão de informações breves e importantes, algo que coincide com nossas necessidades no mundo moderno, com pouco tempo para tantas atividades”

Alexandre Abreu

Juíz da 7ª Vara Cível da Comarca de São Luís



“O grupo de Juízes de Direito do Maranhão no Facebook é uma oportunidade de integração e troca de experiências entre magistrados, aproximando realidades semelhantes que a distância física separa”

Larissa Tupinambá

Juíza da Comarca de Santa Inês



“Por meio do Facebook, voltei a ter contato com amigos que há muito tempo não via e que, em razão das particularidades da vida, dificilmente teria contato quase que diariamente”

Anderson Sobral

Juíz da Comarca de Pinheiro

1º Festival de Lazer com muit



ta diversão e atividade física

Descontração, muita atividade física, congraçamento e diversão. Assim foi o 1º Festival de Lazer da Associação dos Magistrados, no dia 2 de março, na sede social do Calhau. O evento marcou, com pleno êxito, o início do projeto de revitalização da sede, cuja meta da atual gestão é promover práticas de várias modalidades, sempre nas tardes de sábado, como forma de congregar os associados por meio da participação de atividades esportivas e de lazer.

“Nosso objetivo é oferecer atividades esportivas permanentes aos sábados na sede social, a fim de incentivar o associado a frequentar o nosso espaço de lazer e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhoria da saúde”, disse o juiz Anderson Sobral, diretor de Esportes da AMMA e idealizador do 1º Festival de Lazer.

Coube à equipe da Personal Group a incumbência de manter as crianças e os adultos envolvidos em atividades esportivas durante toda a tarde. O ponto alto foi a corrida monitorada por instrutores, com percurso de 3,5 Km na extensão da avenida Luís Eduardo Magalhães.

Além de corrida e caminhada, quem compareceu ao 1º Festival de Lazer da AMMA teve a oportunidade de participar de várias atividades esportivas, como tênis, basquete, futebol e encerrando a programação, um aula de hidroginástica, seguido de massagem reparadora com profissional qualificado.



diamy.com.br



facebook.com/ficagelo

www.ficagelo.com.br

(98) 3222-8788

AMMA

descontos especiais para clientes AMMA

pra você não esquentar

Mesas e cadeiras | Bebidas | Refrigeradores ou caixa térmica | Transporte rápido e seguro

Seu evento completo!

AMMA Cultural

Blog da Diretoria Cultural – AMMA Magistrados



Magistrados já têm um blog cultural

Os associados ganharam mais um canal de diálogo, informação e entretenimento. Trata-se do Blog AMMA Cultural, novidade trazida pela Diretoria Cultural da Associação dos Magistrados, como forma de ocasionar a troca de experiências sobre cultura, ajudando a promover maior aproximação da Magistratura.

Através do blog, os magistrados associados podem compartilhar dicas, fotos, vídeos e comentários sobre lugares visitados, além de sugestões culturais sobre filmes, livros, discos e restaurantes locais. Segundo o Diretor Cultural da Associação, o juiz Francisco Soares Reis Júnior, a ideia é proporcionar que os associados desfrutem, juntos, de atividades que promovam o enriquecimento cultural. “Com essa diretoria, a AMMA abre suas portas ao mundo das artes”, enfatiza.

A Diretoria Cultural da AMMA foi uma das diretorias criadas pela atual gestão, em conformidade com a Resolução 02/2013. Seu objetivo é promover atividades e eventos que disseminem temas culturais entre os magistrados, além de propor medidas à Diretoria Executiva nesse sentido. A ideia é ser mais uma força para a

aproximação, o conagraçamento e também o entretenimento dos magistrados do Maranhão.

Quem acessa o blog Cultural da AMMA tem à disposição um vasto menu com espaço para dicas culturais diversas, relato de viagens realizadas, informações sobre a agenda cultural local, além de mural literário, onde os associados poderão publicar textos de sua autoria ou produções literárias.

“Nossa pretensão é que o blog seja um canal de comunicação onde todos se sintam à vontade para apresentar críticas e sugestões sobre música, cinema, literatura e gastronomia, bem como compartilhar suas aventuras e conhecimentos no mundo literário e turístico”, disse o Diretor de Cultura, juiz Francisco Reis.

Os clubes

O menu do Blog apresenta também o item “Clubes”, cuja proposta é congrega os associados em grupos de interesse comum, como cinema, dança, fotografia, literatura, entre outros. “Queremos criar a cultura dos clubes, que são espaços onde serão oferecidos cursos e oficinas para iniciantes e para iniciados em fotografia, vinhos, dança, cinema, gas-

tronomia, literatura, entre outros”, explicou o juiz Francisco Reis.

A ideia é criar afinidade entre os participantes de cada clube, de forma “que eles passem a se encontrar com certa frequência e tenham oportunidade de se conagraçar e desfrutar juntos desses prazeres.” Para conhecer o interesse dos associados em relação aos “clubes”, o blog dispõe, ainda, de uma enquete com o tema “De qual clube você gostaria de fazer parte?”, disponível na barra lateral, onde os associados poderão votar entre as

opções Clube Literário, Clube do Vinho, Clube de Cinema, Clube de Dança, Clube de Fotografia, Clube de Gastronomia e Outro.

Segundo o Diretor Cultural da AMMA, a proposta é que os próprios associados atualizem e alimentem o blog. “Acreditamos no bom gosto dos associados e na qualidade de suas experiências”, destacou. Os magistrados poderão enviar sugestões, arquivos ou textos para o blog através do e-mail ammacultural@gmail.com. Para conhecer o blog, acesse cultural.amma.com.br.

A arte do vinho

A primeira atividade da Diretoria Cultural foi a parceria com a Loja Tazza, na realização de um Curso de Vinhos de níveis básico e avançado. A juíza da Comarca de Morros, Marcela Santana Lobo, participou do curso de nível básico. “Achei uma excelente oportunidade para introduzir um conhecimento novo, funcional e instigador em uma rotina tão burocrática como a jurídica”, comentou. Entre os conteúdos do curso, estão estudos sobre os diferentes tipos de uvas e o tipo de vinho decorrente.

O juiz titular da Comarca de Barreirinhas, Artur Gustavo do Nascimento, também foi um dos participantes do curso de vinhos, inscrito na turma de nível avançado. “O curso foi muito interessante! Uma pena que outros magistrados não participaram. Diante da vasta e diversa produção de vinhos no mercado mundial, estar em contato com um sommelier experiente nos permite ter a melhor informação do mundo vinífero”, disse.

Luta da AMMA resulta em gratificação para diretores de fóruns



Diretores da AMMA reunidos com Luís Fernando



Gervásio, Marilse, Arnaldo Melo e Edilázio Júnior



Gervásio entrega cópia da Lei ao diretor do Fórum

A gratificação para Diretores de Fóruns já é realidade na Magistratura do Maranhão. O benefício foi instituído após intensa luta da AMMA iniciada em 2009 - ano em que foi protocolado no TJMA o primeiro requerimento solicitando o pleito - e finalizada no dia 14 de março, com a promulgação da Lei Complementar nº 152/2013, pela Assembleia Legislativa, instituindo a gratificação no percentual de 5%.

Durante ato solene de promulgação da lei, o Presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, recebeu das mãos do presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Arnaldo Melo, o documento contendo a matéria que institui o referido benefício. “Estamos muito contentes por este gesto. Tenho certeza de que este ato será lembrado por toda a Magistratura”, disse Gervásio Santos.

A solenidade no gabinete da Presidência da

Assembleia Legislativa contou a presença da Secretária-Geral da AMMA, juíza Marilse Medeiros e do deputado estadual Edilázio Júnior.

Na pessoa do diretor de Fórum da Comarca de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, Gervásio Santos entregou, aos diretores de Fórum do Maranhão, o documento da Lei Complementar nº 152/2013 instituindo a gratificação que foi objeto de luta travada pela Associação há quase dois anos. “Essa conquista é salutar porque nós trabalhamos incansavelmente na diretoria do Fórum, na parte administrativa. Em São Luís, por exemplo, temos quase mil funcionários, é um trabalho árduo. A Associação está de parabéns pela reforma do veto”, destacou o juiz Sebastião Bonfim.

O presidente da Casa Legislativa, Arnaldo Melo, destacou a satisfação em ter recebido os diretores da AMMA para o ato de promulgação. “É uma satisfação poder atendê-los. Acredita-

mos que será positivo para todos nós manter essa sintonia permanente do Poder Legislativo com a magistratura, em prol da sociedade maranhense”, disse o parlamentar.

Negociação

A lei que institui gratificação para diretores de Fóruns só foi obtida após incansável pauta de negociação iniciada nos primeiros dias da atual gestão, quando os dirigentes da Associação abriram um canal de diálogo com a Casa Civil, conquistando o sinal verde da governadora Roseana Sarney para a reforma do veto ao Projeto de Lei nº 005/2011. Em seguida, foi iniciado o diálogo com lideranças partidárias e, por fim, com o presidente da Assembleia, deputado Arnaldo Melo.

O veto da governadora foi reformado em sessão plenária do dia 5 de março, com 34 votos favoráveis.

Entenda a luta da AMMA

- **17/08/2009** - A AMMA protocola requerimento nº 3230/2009 no Tribunal de Justiça solicitando a gratificação para diretores de Fórum.
- **18/09/2009** - AMMA protocola no TJMA o requerimento nº 592/2009, reiterando pleito anterior.
- **15/01/2010** - O Presidente Gervásio Santos encaminha ao TJMA o ofício nº 12/2010, reiterando pedido para apreciação do Requerimento nº 3230/2009.
- **18/03/2010** - AMMA encaminha ofício nº 105/2010 ao TJMA, solicitando que o requerimento de gratificação fosse colocado na pauta das sessões do Pleno.
- **20/10/2010** - Pleno do TJMA aprova o requerimento da AMMA.
- **12/07/2011** - Projeto de Lei instituindo gratificação para diretor de fórum é aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa.
- **17/08/2011** - Governadora Roseana Sarney veta integralmente o projeto aprovado pela Assembleia.
- **21/01/2013** - Diretores da AMMA reúnem-se com o chefe da Casa Civil e iniciam negociações para derrubada do veto.
- **04/03/2013** - Diretores da AMMA dialogam com parlamentares solicitando a derrubada do veto.
- **05/03/2013** - Assembleia Legislativa deruba veto que institui gratificação para diretores de Fórum.
- **14/03/2013** - Promulgada lei que institui gratificação para diretores de Fóruns.

Ausência de políticas públicas na saúde faz aumentar as demandas judiciais

Aos 93 anos, Alberlila Lemos enfrentou sérias dificuldades, com risco de morte, em um dos leitos do Hospital Djalma Marques (Socorrão), após ser submetida a uma cirurgia no estômago. Ao deixar o centro cirúrgico, Alberlila precisava ser internada com urgência em uma UTI. A do Socorrão estava lotada e a família não conseguiu vaga em nenhum outro hospital da rede pública de São Luís.

A vida de Alberlila foi salva por uma liminar expedida pelo juiz Manoel Aureliano que determinou ao diretor do Hospital dos Servidores do Estado a internação da idosa no prazo de 48 horas. A liminar foi concedida no dia 10 de fevereiro deste ano, em pleno domingo de Carnaval.

Ações que tratam da falta de leitos em UTIs de hospitais públicos e a recusa dos planos de saúde em autorizar determinados procedimentos em hospitais particulares têm sido os recordistas entre as demandas que dão entrada nos plantões judiciais cíveis de São Luís.

Faça sol ou chuva, dia, noite ou madrugada, o magistrado plantonista está presente para solucionar o problema, salvando vidas e trazendo para si a responsabilidade de suprir uma carência cujo responsável não é ele, e sim o poder público.

A rotina em um plantão judicial não envolve apenas o juiz, mas toda uma estrutura de profissionais com secretário judicial, motorista, oficial de justiça, analista judicial e assessor. Determinadas ações, principalmente as que envolvem internações hospitalares, exigem dos plantonistas uma verdadeira via crucis para conseguir um hospital que tenha leito disponível, sob pena de prisão do diretor do hospital para o qual o paciente é levado.

Planos de saúde

O juiz Wilson Freitas Filho, titular da 6ª Vara Cível de São Luís,



Alexandre Abreu mostra dados de processos sobre plano de saúde

afirma que têm crescido muito as demandas não apenas com relação à falta de leitos em hospitais públicos de São Luís, principalmente nas UTIs, como, também, de usuários contra planos de saúde que se recusam a fazer determinados procedimentos de emergência, alegando que os contratos não prevêm as coberturas.

Nos últimos três meses deram entrada na 6ª Vara Cível 522 processos, dos quais 13 são referentes a planos de saúde. Do total de 6.775

processos em trâmite e julgados na mesma Vara, 181 envolvem planos de saúde. A campeã de processos é a empresa Cassi (38), seguido da Unimed (36) e Unihosp (21).

Wilson Filho avalia que a origem do problema está na ausência do poder público, que não oferece à população brasileira, indistintamente, como determina a Constituição Federal, atendimento médico e hospitalar gratuito e de qualidade. Faltam hospitais, médicos e alguns medicamentos



Juiz Wilson Filho, da 6ª Vara Cível: "faltam políticas públicas de saúde"

que deveriam ser de distribuição gratuita. Em contrapartida, explica ele, houve uma pequena melhoria da distribuição de renda da população brasileira, que viu nos planos de saúde a solução dos problemas. Isso fez com que os hospitais particulares sofressem uma sobrecarga. "Hoje você vai na emergência da UDI ou São Domingos e não há mais qualquer diferença do Socorrão. Todos são lotados", descreveu ele.

Monitoramento

O CNJ, há dois anos, expediu uma recomendação a todos os tribunais do país para que adotassem medidas para melhorar o entendimento dos magistrados nas ações que tenham como partes os planos de saúde. O Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde passaria a focar o monitoramento das demandas judiciais referentes ao setor.

No Maranhão, de acordo com informações do juiz Alexandre Abreu, da 7ª Vara Cível, foi instituído pelo TJMA o Grupo de Monitoramento das Demandas da Saúde, com representantes do Judiciário, do Ministério Público, Defensoria Pública, da saúde pública municipal, estadual e particular. Foi cumprida a determinação do CNJ, o Grupo existe, inclusive o juiz Alexandre Abreu é um dos integrantes, mas as ações são praticamente inexistentes.

Segundo Alexandre, a dificuldade de acesso às informações dificulta a ação do Grupo e essa falha impede qualquer ação positiva. Ele explica que se houvesse um sistema alimentado com informações de toda a rede hospitalar do estado, o magistrado poderia acessá-lo e saber, no momento de expedir uma liminar, por exemplo, qual o hospital que tem leito disponível, o que evitaria aquela via crucis que muitas das vezes o paciente é obrigado a fazer.

No Juizado da Infância, as ações também aumentam



Juiz José Américo diz que não há centro especializado para dependentes químicos

Em 2011, a bebê Hanna Ester Aguiar, de 2 meses, não teve a mesma sorte que a idosa Alberlila Lemos, de 93 anos, que conseguiu ser salva por uma liminar expedida no Plantão Judicial em pleno domingo de Carnaval. A criança morreu após seis dias aguardando por um leito de UTI em hospitais da cidade. Por meio de decisão judicial, os pais conseguiram uma vaga no Hospital Aliança, mas Hanna não resistiu.

A criança estava internada no Hospital Dr. Odorico Amaral de Matos (Hospital da Criança), em São Luís, com quadro de pneumonia e insuficiência respiratória. Um laudo médico disse que Hanna deveria ser, imediatamente, transferi-

da para uma UTI, mas não havia leito em nenhum hospital.

Situações semelhantes à da criança Hanna Ester, que necessitava de UTI, são constantes no Juizado da Infância, para onde convergem, também, demandas processuais que o juiz José Américo Abreu Costa fica totalmente impossibilitado de solucionar devido a total ausência do poder público. Um desses casos é a falta, em São Luís, de uma unidade hospitalar pública especialmente voltada para tratamento de adolescente dependente químico.

“Existem casos graves em que ou o adolescente se mata ou mata alguém. A família recorre ao Judi-

ciário solicitando uma internação de emergência e o juiz faz o que, decide mandar para onde, se em São Luís não há unidade específica para este tipo de tratamento?”, questiona o magistrado.

A única alternativa do juiz José Américo é encaminhar o adolescente para o hospital Nina Rodrigues ou um particular, mas existe uma portaria do Ministério da Saúde que proíbe que este tipo de paciente fique internado junto com adultos. O problema é ainda mais grave porque saindo do quadro de alucinação causado pela droga, o recomendado é que o dependente químico seja levado para uma unidade que fará todo o acompanhamento psicológico e sociológico. A única alternativa que resta ao juiz é encaminhá-lo à Fazenda Esperança, em Coroatá, que é mantida pela Igreja Católica.

“O que existe é a total ausência do governo nesta questão, faltam políticas públicas e não cabe ao Judiciário suprir esta carência”, destacou José Américo. Segundo levantamentos, dos 952 processos que tramitam no Juizado da Infância de São Luís, 10% são referentes a internações de crianças.

Déficit

De acordo com levantamentos

da Promotoria Especializada da Saúde publicado em 2011, as redes pública e privada de São Luís apresentaram um déficit de 444 leitos de UTI. De acordo com parecer do Ministério Público, 8.206 pacientes do Hospital Municipal Djalma Marques, o Socorrão I, morreram de 2000 a 2004 por falta de leitos hospitalares.

É necessário que sejam criados, segundo o Ministério Público, em caráter emergencial, pelo menos 80 novos leitos de UTI na capital. Ao todo, segundo o levantamento, São Luís dispõe de 4.796 leitos hospitalares em unidades de saúde da rede pública, e pelo menos 2.204 leitos hospitalares na rede privada, o que totaliza uma média de 7 mil leitos na capital.

Portaria nº 1.101/GM, do Ministério da Saúde, diz que para cada mil habitantes, é necessário que uma cidade disponibilize três leitos hospitalares, independentemente de ser público ou particular. Destes, de 4% a 10% devem, obrigatoriamente, ser destinados a UTIs, o que não ocorre em São Luís. Enquanto isso, pesa sobre os ombros dos magistrados a responsabilidade de solucionar um problema, cuja responsabilidade não é deles, mas do poder público.

Números da saúde

- Déficit nas redes pública e privada de São Luís - **444 leitos de UTI.**
- Número de mortos no Hospital Municipal Djalma Marques, o Socorrão I, de 2000 a 2004 por falta de leitos hospitalares - **8.206 pacientes.**
- Número de leitos hospitalares disponíveis na rede pública de São Luís - **4.796 leitos.**

* Dados do relatório emitido pela Promotoria Especializada da Saúde, em 2011.



Carência no atendimento hospitalar infantil sobrecarrega o Judiciário

Ação de juízes ajuda a elevar indicadores sociais de bairros carentes de São Luís



Juizes Fernando Mendonça e Oriana Gomes em evento de avaliação das ações de 2012

Aos poucos, o antigo conceito de que a ação do magistrado está atrelada apenas ao processo vai mudando no Judiciário maranhense. Por iniciativas próprias, juízes vêm realizando projetos que têm colaborado para a melhoria dos indicadores sociais do estado. É assim com o Projeto “Coroado de Natal”, que tem como um dos idealizadores o juiz Fernando Mendonça, da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, e como apoiadora a juíza Oriana Gomes, da 10ª Vara Criminal de São Luís.

Fundado no ano de 2007 como uma ação social realizada no mês de dezembro, na área do Coroadinho, o “Coroado de Natal” se expandiu e hoje é muito mais que um projeto isolado. É uma rede que congrega várias instituições, entre públicas e privadas, cujo objetivo prioritário é fomentar políticas públicas voltadas para a melhoria das condições estruturais dos bairros que integram o polo, que abriga uma população de aproximadamente 75 mil moradores, a maioria na extrema pobreza. As ações desenvolvidas são nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer.

No dia 17 de março deste ano, sob a coordenação do juiz Fernando Mendonça, os representantes das organizações que integram a Rede Coroado de Natal reuniram-se em seminário no Cepromar para avaliar o resultado das ações

que foram desenvolvidas em 2012 e fazer o planejamento para o ano em curso. No meio dos debates, uma boa notícia: a Secretaria de Educação do Estado vai inaugurar, nos próximos meses, a primeira escola de ensino médio na região. A conquista da escola é fruto de constantes gestões da Rede junto ao poder público estadual.

A escola vai se chamar Doriene Silva Castro, uma jovem da comunidade assassinada em 2005 pelo namorado da mãe. Educação e segurança precárias são dois dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades do Pólo Coroadinho. Maria das Dores Alves Costa, líder comunitária da Vila Conceição, se diz eternamente agradecida ao juiz Fernando Mendonça pela dedicação que este tem pelo projeto “Coroado de Natal”. “O ideal é que mais magistrados façam ações semelhantes, pois eles detêm conhecimento, conhecem as leis e podem muito bem colocar este potencial em prol da melhoria da sociedade”, disse.

Nery Mendonça, do Rotary João Paulo/São Luís, uma das instituições parceiras da Rede, também reconhece como de extrema importância o trabalho do juiz Fernando Mendonça e da juíza Oriana Gomes. A magistrada da Vara Criminal, dentre outras iniciativas positivas, tem convertido penas alternativas que seriam pagas com cestas básicas, em material de con-

trução. “Esse material tem servido para reformarmos creches e escolas comunitárias”, disse Ney. Durante o seminário, a juíza Oriana Gomes recebeu um certificado da Rede, reconhecendo a grandiosidade do seu trabalho em prol da comunidade.

Rafael Oliveira, de 23 anos, integrante do Projeto CRER, que trabalha com a ressocialização de jovens

do Coroadinho, afirma que o empenho dos dois magistrados tem sido fundamental para o êxito do projeto e os benefícios que tem ocorrido no pólo. O grande desafio agora, segundo ele, é conseguir levar as ações sociais que a Rede realiza no mês de dezembro para o Morro do Zé Bombom, uma área muito carente, onde o índice de violência é muito elevado.

Palavra do juiz

Na avaliação do juiz Fernando Mendonça, não há qualquer óbice para que o magistrado se lance em projetos que visem à melhoria da sociedade, principalmente quando há ausência de políticas públicas. “O magistrado é e será sempre um líder dentro de sua comunidade, nele se concentra uma boa parcela do poder do Estado. Esse poder pode ser usado para o bem ou para o mal, como ocorre em todas as outras profissões. Se ele é consciente do seu papel de juiz e cidadão, pode então contribuir em muito com a sociedade, ajudando-a a prosperá-la e a desenvolvê-la. Pode também, todavia, tirar dela proveito, beneficiando a si próprio indevidamente. Assim, as suas ações podem lhe tornar respeitável, indiferente ou execrável aos olhos de sua comunidade”.

De acordo com Fernando Mendonça, os magistrados têm muitos bons instrumentos para atuar no movimento social de forma qualificada, contribuindo positivamente com a imagem do Judiciário e isso é possível mediante o trabalho realizado nas Varas. Ele cita como exemplos os casamentos comunitários, disseminados por todo o Estado; as varas de execuções penais da capital e do interior com iniciativas riquíssimas em parceria com a comunidade; a Vara da Mulher, que cumpre um relevante papel social usando formas de justiça restaurativa para recompor relações fraturadas entre esposos e esposas e os Juizados Especiais que são um fator de pacificação social em potencial, espalhados em muitos bairros.

Ele lembrou que recentemente o TJMA implantou a Coordenação de Conciliação e Mediação de Conflitos, cujos núcleos estão em plena atividade. “Pensemos no quanto essa iniciativa pode passar da conciliação de conflitos judicializados para a promoção da mediação de conflitos familiar, comunitário e escolar, antes mesmo de chegarem à Justiça. Existem bons projetos comunitários em andamento dos quais os colegas podem participar como voluntários, sendo um deles a Casa de Apoio às Famílias dos Internos no Socorrão II, em que Júlio Praseres é um dos expoentes dessa iniciativa”, ressaltou.

